

CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Archival classification and description as activities of organizational and representation of information and knowledge

Luciane Paula Vital (1), Graziela Martins de Medeiros (2), Marisa Brascher (3)

(1) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Ciências da Educação Departamento de Ciência da Informação, Campus Professor João David Ferreira Lima - Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - CEP 88.040-900, luciane.vital@ufsc.br (2) graziela.m@ufsc.br (3) marisa.brascher@ufsc.br

Resumo

Esse artigo busca discutir e relacionar os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC) com as funções de classificação e descrição arquivística. Discorre sobre como a representação ocorre nessas duas funções, seus processos, e produtos. Para isso desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica, que partiu especialmente da literatura científica brasileira e de autores internacionais que contribuem para esse entendimento. Para a análise, adotou-se a proposta de Bräscher e Café (2008, 2010), que distinguem Organização e Representação da informação (ORI) e Organização e Representação do Conhecimento (ORC). Os resultados mostram que a abordagem pós-moderna da arquivologia apresenta uma nova forma de pensar o contexto de produção, organização e representação dos documentos arquivísticos e que isso se reflete nas funções de classificação e descrição. A organização e representação da informação são mais marcantes na descrição, enquanto a organização e representação do conhecimento se aplicam à classificação, de forma mais evidente. Concorda-se que a organização e representação da informação e do conhecimento em documentos arquivísticos têm bases teóricas e metodológicas comuns à Ciência da Informação.

Palavras-chave: Organização e Representação da informação; Classificação Arquivística; Descrição Arquivística.

1 Introdução

A Ciência da Informação (CI), como uma área interdisciplinar, possui interface com diferentes campos do conhecimento, dentre os quais a Arquivologia. Ambas buscam organizar e representar a informação para torná-la acessível ao usuário.

Conforme o conceito de Borko (1968, p. 2-3, tradução nossa), "Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para acessibilidade e usabilidade ótimas." Esse conceito remete

Abstract

This article seeks to discuss and relate the processes of Organization and Representation of Information and Knowledge (ORIC) with the functions of classification and description occurring within the scope of Archival Science, showing how this representation occurs in these two functions, their processes and products. For this, a qualitative, theoretical and bibliographical research was developed, starting from the Brazilian scientific literature and from international authors that contribute to this development. For the analysis, the proposal of Bräscher and Café (2008, 2010), which distinguishes Organization and Representation of Information (ORI) from Organization and Representation of Knowledge (ORC), was adopted. The results show the postmodern approach presents a new way of thinking about the context of production, organization and representation of archival documents and that this is reflected in the functions of classification and archival description. The organization and representation of information are more marked in the description, while the organization and representation of knowledge apply to classification more clearly. It is agreed that the organization and representation of information and knowledge in archival documents have theoretical and methodological bases common to Information Science.

Keywords: Information Organization and Representation; Archival Classification; Archival Description.

à afirmação de Vannevar Bush, publicada no artigo '*As we may think*', de 1945, segundo a qual os processos para tratar e recuperar a informação precisam estar conectados e serem significativos ao ser humano.

A recuperação da informação é considerada um problema fundamental da Ciência da Informação, segundo Saracevic (1996), que a compreende como uma ciência social, interdisciplinar, que está ligada à tecnologia da informação e é participante ativa da sociedade da informação. O tratamento da informação visando sua recuperação é uma preocupação da área desde seu sur-

gimento, conforme indicam Shera e Cleveland (1977), Borko (1968), Le Coadic (1996) e Saracevic (1996).

A recuperação requer que a informação seja tratada e estruturada pelos processos conhecidos como Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC). Nesse sentido, a relação de interdisciplinaridade existente entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que é destacada neste artigo, é de complementariedade, conforme destaca Cruz Mundet (1996), visto que essas áreas se estruturam por meio da informação, seu objeto de estudo. A informação é por natureza complexa, pois é repleta de sentidos e pode receber diferentes interpretações, conforme o contexto social no qual está inserida. Assim, o olhar de diferentes disciplinas permite ampliar a visão sobre o mesmo objeto.

Na área de Arquivologia a organização e a representação ocorrem, principalmente, nos processos de classificação e descrição arquivística, evidenciados desde a constituição da área como disciplina, por meio da obra "Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos", dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, publicada em 1898.

Autores nacionais e internacionais abordam a relação entre as duas áreas e também citam a organização e a representação como pontos de conexão, tais como Cruz Mundet (1996), Esteban Navarro (1995), Fonseca (2005), Tognoli e Guimarães (2010). Sob enfoque mais abrangente, Araújo (2013; 2014) relaciona o desenvolvimento da Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia e sua evolução com o tratamento da informação. Explica que as práticas arquivísticas são milenares, mas a origem das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação como campos de conhecimento sistematizados, se localiza no período do Renascimento. Inicialmente, as técnicas de tratamento voltavam-se para as instituições (arquivos, bibliotecas e museus) e, assim, a tendência das áreas foi se separarem, além de outros motivadores, pela criação de métodos específicos de tratamento para cada instituição. Com os sistemas automatizados, percebe-se uma aproximação do tratamento da informação nessas áreas do conhecimento.

Esse artigo busca discutir e relacionar os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC) com as funções de classificação e descrição no âmbito da Arquivologia, discorrendo sobre como essa organização e representação ocorrem nessas duas funções, seus processos e produtos.

Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica, que partiu especialmente da literatura científica brasileira, utilizando-se também autores internacionais que contribuem para esse entendimento no contexto brasileiro. Para a análise adotou-se a proposta de Bräscher e Café (2008, 2010), que distinguem Organização e Representação da in-

formação (ORI) da Organização e Representação do conhecimento (ORC).

A pesquisa visa contribuir para o diálogo entre a Arquivologia e a Ciência da Informação por meio do arcabouço teórico-metodológico existente no campo da ORIC.

2 Organização e representação da informação e do conhecimento

Os processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais para a recuperação. O desenvolvimento de modelos e metodologias de ORIC implica em maior qualidade na recuperação da informação.

Bräscher e Café (2008, 2010) sentiram necessidade de caracterizar os conceitos de ORI e ORC, diferenciando-os. Adotamos essa abordagem para explicitar as características da ORIC nos processos de classificação e descrição arquivística. Para as autoras (2008, p.5),

A organização da informação é, portanto, um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

E complementam ao afirmar que, no contexto da organização e representação da informação (ORI) o objeto é o registro da informação, estando, portanto, no mundo físico. Corrobora Svenonius (2000), ressaltando que, para ser organizada, a informação precisa ser descrita e que uma descrição é um enunciado de propriedades de um "objeto", ou das relações desse objeto com outros que o identificam. Bräscher e Café (2010, p. 93) afirmam que,

Em nossa visão, temos dois tipos distintos de processos de organização, um que se aplica às ocorrências individuais de objetos informacionais – o processo de organização da informação, e outro que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) – o processo de organização do conhecimento.

Nessa perspectiva, a teoria do conceito de Dahlberg (1978) é uma das contribuições à Organização do Conhecimento, ao estabelecer que é a partir da análise das características de um conceito que podemos compreendê-lo e construir suas relações com outros. Sendo assim, a representação do conhecimento, aplicada a domínios específicos, consiste na determinação dos conceitos que o compõem e os relacionamentos semânticos existentes entre eles. No contexto da Ciência da Informação, a representação do conhecimento tem em vista a elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento a serem utilizados para representação dos objetos informacionais individuais, ou seja, são aplicados na representação da informação.

No processo de representação, independente da área do conhecimento, a compreensão do objeto a ser representado e suas características são determinantes no tocante à seleção das informações que serão representadas, visando a recuperação e o acesso pelos usuários. Assim, diferencia-se a seguir os documentos bibliográficos dos arquivísticos.

O documento bibliográfico é um produto intelectual resultante do esforço do autor, há uma intenção antes de sua produção. Portanto, o documento serve para que um possível interessado na temática do documento tenha acesso ao seu conteúdo. Nesse sentido, o conteúdo ou assunto do documento é a principal informação a ser representada. Além disso, são tratados como objetos individuais e podem receber a mesma representação (classificação, catalogação ou indexação), independente da instituição ou país em que estiverem inseridos, resguardando-se as normas de cada um e as necessidades da instituição e do usuário. Por outro lado, o documento arquivístico, *a priori*, é um produto do sujeito acumulador, sendo resultante de atividades desenvolvidas por uma instituição ou pessoa. Diferente do documento bibliográfico, só faz sentido no contexto em que foi produzido e na relação com outros documentos, em seu conjunto documental.

O tratamento do documento arquivístico se dá por meio da constituição de um fundo, que não é apenas relacionado à estrutura organizacional da instituição ou como uma unidade física em si. O fundo arquivístico é um conceito teórico norteador que se relaciona também às funções e atividades, conforme a própria definição apresentada por Rousseau e Couture (1998).

Cook (2012, p.24), em uma perspectiva pós-moderna, caracteriza fundo arquivístico:

Analogamente, mudam de um reflexo de alguma ordem física estática, baseada em regras decorrentes da transferência, arranjo ou acumulação de grupamentos de documentos, para uma realidade virtual de relacionamentos que reflete um produtor múltiplo dinâmico e uma autoria múltipla, focada na função e na atividade, que capture com maior precisão a contextualidade dos documentos arquivísticos no mundo moderno.

A definição e constituição de um fundo arquivístico no ambiente digital apresenta um produtor múltiplo e dinâmico e requer, como enfatiza Cook (2012), processos de tratamento dos documentos arquivísticos que estabeleçam diferentes relacionamentos. Esse documento, em um ambiente digital, precisa ser compreendido na sua dinamicidade e parcialidade de construir e estabelecer relações entre produtores e a sociedade. Da relação da pós-modernidade com a Arquivologia, Cook (2012, p.144) salienta que:

[...] a Arquivística deveria mudar o paradigma de pesquisa da análise das propriedades e características de documentos individuais ou de séries documentais, para uma análise

das funções, processos e transações que geram documentos ou as séries a serem criadas.

Ou seja, a análise contextual e suas conexões são mais significativas que os documentos analisados isoladamente. O entendimento adotado neste artigo é de que os processos de organização e representação da informação e do conhecimento podem ser o fio condutor da criação de vínculos da rede constituída por produtores, instituições, documentos e usuários. Destaca-se, ainda, que os fundamentos teóricos da Ciência da Informação relacionados à ORIC constituem-se numa base aplicável a esses processos arquivísticos, em especial na Classificação e Descrição Arquivística, como exposto na próxima seção.

A ORC é indicada por autores como Esteban Navarro (1995, p.67, tradução nossa) como pertinente aos processos arquivísticos, apesar da

[...] falta de diálogo entre a Arquivologia e o resto das ciências da documentação e a falta de interesse por parte dos autores ligados a essas outras disciplinas para conhecer e compreender as peculiaridades do trabalho realizado nos arquivos.

Na realidade brasileira constata-se uma forte aproximação dos cursos de graduação em Arquivologia com a Ciência da Informação (CI), mais da metade deles está vinculada a esses departamentos. Além das pesquisas na pós-graduação, com temáticas arquivísticas, estarem concentradas na CI, evidenciando o forte diálogo com essa ciência (Marques, 2011).

Relaciona-se, a seguir, a ORIC à classificação e à descrição arquivística.

2.1 Classificação Arquivística

A classificação, no escopo mais amplo da Ciência da Informação pode ser considerada um processo fundante da própria área de Organização do Conhecimento (OC), visto que os primeiros estudos neste campo foram desencadeados principalmente a partir do desenvolvimento do Sistema de Classificação Decimal de Dewey, criado em 1876. O sistema suscitou estudos no campo da organização de assuntos em classes. Dahlberg (1993), ao escrever sobre aspectos fundantes da OC reforça o pioneirismo da classificação.

De modo geral, o ato de classificar é característico do ser humano, que o faz sem que tenha consciência sobre ele. Ao se observar pessoas, guardar objetos em casa, ou organizar roupas estamos classificando. "Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos". (Piedade, 1977, p. 8).

No âmbito da Arquivologia, os documentos também são organizados segundo semelhanças e diferenças, por meio dos processos de observação, análise e síntese, característicos de qualquer processo classificatório.

Entretanto, nas classificações filosóficas e nas bibliográficas os principais elementos de representação são os assuntos, enquanto na classificação arquivística são funções e atividades, considerando primeiramente o fundo. Ou seja, de acordo com Schmidt e Smit (2015) importa o contexto em detrimento do conteúdo, embora este último também possa ser considerado.

A divisão das classes na classificação arquivística, tendo em vista o "princípio da classificação ou da divisão", que segundo Piedade (1977) é o critério ou característica utilizado como base para a classificação, ocorre com base nas funções e atividades e, cria os níveis de classificação. Pode-se dizer, nesse sentido, que a classificação arquivística possui aspectos da representação do conhecimento, de acordo com a proposta de Bräscher e Café (2008, 2010), pois sua elaboração não parte de objetos (documentos) em si, mas do conhecimento do contexto, que resulta nas classes.

Além disso, para a classificação arquivística os princípios arquivísticos são imprescindíveis para a formação dos conjuntos documentais que compõem as classes, pois esse processo visa explicitar as relações existentes entre os documentos e os vínculos arquivísticos.

Os princípios podem ser entendidos como proveniência, organicidade, unicidade e indivisibilidade, na visão de Bellotto (2002), ao passo que Duranti (1994) chama-os de características: imparcialidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. De maneira geral, os princípios são desdobramentos da proveniência e convergem no tocante ao seguinte aspecto: o documento arquivístico é único e só faz sentido no contexto em que foi produzido, portanto, é orgânico e indivisível de seu conjunto e não deve ser misturado a documentos de origem diversa. Dentre outros, interessam ao tratamento do documento arquivístico e especialmente aos processos de classificação e descrição arquivísticas aqui enfatizados, a proveniência e a organicidade.

As classificações arquivísticas podem ser elaboradas segundo o método funcional ou estrutural. Para Schellenberg (2006), o principal elemento de classificação é a "ação" que gera o documento, ou seja, as ações efetuadas em instituições públicas são comprovadas por meio de atos administrativos ou jurídicos. Em linhas gerais, é como se o autor estivesse tratando de funções e atividades (ações) que geram os atos (documentos arquivísticos). Além desses elementos, deve-se considerar a estrutura, chamada pelo autor de "organização", além do assunto.

Ressalta-se que mesmo a classificação funcional considera em sua elaboração o estudo da estrutura do órgão, e pode também ser considerada uma classificação orgânico-funcional, pois as funções são desempenhadas por setores das instituições.

Conforme se observa, estamos considerando como foco neste artigo a classificação funcional, que deve ser ado-

tada para instituições públicas brasileiras, conforme indicam as diretrizes previstas na Lei n. 8.159 (1991) e a Resolução n. 14 (2001) do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, além de ser a mais indicada para instituições com estrutura complexa, independe da natureza (pública ou privada), pois não depende de eventuais modificações estruturais.

A construção das classes será esquematizada em um instrumento de classificação, que a teoria da classificação, na voz de Piedade (1977) chama de "sistema de classificação". No caso da Arquivologia optamos por chamar de "plano de classificação" em observância à pesquisa feita por Sousa (2007), que identificou vários termos utilizados para representar esse processo, tais como quadro de classificação, código de classificação, sistema de classificação e quadro de arranjo. Porém, assim como Sousa (2007), acreditamos que a expressão "plano de classificação" melhor define o instrumento de classificação arquivística, já que é elaborado para cada instituição e sofre modificações constantes. No caso da Biblioteconomia e Ciência da Informação, podemos chamar de "sistemas de classificação" ou de "códigos", pois o mesmo sistema pode ser adotado em qualquer biblioteca ou unidade de informação, independe do país ou região, a exemplo de grandes sistemas como o de Dewey (CDD) ou a Classificação Decimal Universal (CDU).

O plano de classificação arquivística leva em conta também aspectos indicados por Bräscher e Café (2008), quando afirmam que a representação do conhecimento se refere "[...] à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade". Segundo as autoras, esses modelos de mundo são baseados em estruturas conceituais. Assim, pode-se dizer que a classificação, na perspectiva da Biblioteconomia, da Ciência da Informação ou da Arquivologia são também representações da realidade e como tal são aproximações, conforme indica Sousa (2007).

Por outro lado, após a elaboração do plano de classificação, a sua aplicação para organizar os documentos pode ser considerada uma atividade de representação da informação, no sentido proposto por Bräscher e Café (2008), pois parte dos objetos físicos e os insere em classes pré-estabelecidas, contribuindo para a sua organização.

Nesse sentido, a classificação arquivística deve representar da forma mais fiel possível as relações orgânico-funcionais do organismo produtor, pois essa estrutura classificatória servirá de base para o desenvolvimento de outras funções arquivísticas, tais como a descrição.

2.2 Descrição Arquivística

Como dito, a partir da criação do plano de classificação, a descrição arquivística (DA) é estruturada. A classificação fornece a base sobre a qual a descrição arquivística é desenvolvida. O plano de classificação

apresenta os princípios que determinam os conjuntos documentais, ou seja, se os documentos serão reunidos por funções, atividades, estrutura e tipologia.

Tradicionalmente, o processo de representação que acontece na DA parte de princípios amplamente aceitos na área, enfatizados na seção anterior, sob os quais as normas de descrição foram construídas. Especialmente, devem ser considerados o princípio da proveniência ou respeito aos fundos e o conceito de fundo documental, documentos com a mesma proveniência.

Bonal Zazo (2001) aponta diversas definições para o termo descrição arquivística e divide os conceitos em antes e depois da normalização. No seu desenvolvimento técnico, especialmente na década de 1980, havia uma carência de normas e padrões para essa atividade, com a justificativa da unicidade do documento arquivístico, as normas técnicas vinham sendo deixadas de lado e sendo perpetuadas práticas descritivas idiossincráticas (Weber, 1989). No período anterior às normas (até aproximadamente a década de 1980), segundo o autor supracitado, a maioria das obras define a descrição a partir de três elementos básicos: a atividade desenvolvida (resumo, elementos do documento), o resultado (instrumentos de pesquisa) e o objetivo da descrição (facilitar o acesso ao conteúdo), as duas últimas são mais frequentes na literatura. Em função da importância dada ao resultado ou ao objetivo, distinguem-se dois conceitos predominantes: um que equipara a operação de descrever ao desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, e o segundo que considera a descrição como a atividade destinada à representação dos documentos.

A descrição vista como representação dos documentos, e não como seu resultado (instrumentos de pesquisa), é definida por Heredia Herrera (1991, p.300, tradução nossa) como,

A descrição é a ponte que comunica o documento com os usuários. À frente da ponte está o arquivista que executa uma tarefa de análise que envolve a identificação, leitura, resumo e indexação que transmite o usuário para que o usuário inicie a recuperação reversa dos índices.

Percebe-se o conceito fortemente marcado pelas características de atividades ORIC, quando a autora cita que é uma atividade de análise, que cria representações para posterior recuperação. Ou seja, análise, síntese e representação são desenvolvidas na descrição arquivística.

Duranti (1993, p.48) apresenta, de forma geral, características da atividade de descrição arquivística com base em autores da área como a Society of American Archivists (SAA) (1974; 1989), Gracy (1977) e Miller (1990), que são:

- a) um processo de análise, identificação e organização;
- b) tem fins de controle, recuperação e acesso;

c) tem como produto final um documento que mostra os materiais do arquivo, seu contexto de proveniência e documentário, inter-relações e a forma com que pode ser identificado e usado.

Desse modo, percebe-se nos apontamentos de Duranti (1993) uma maior sistematização do conceito e o entendimento dos instrumentos de pesquisa como produtos desse processo, além da recuperação marcar uma preocupação com o usuário das instituições arquivísticas, também com características marcantes do processo de ORIC.

A norma ISAD (G), na sua 2ª edição de 2000, sedimenta esse entendimento quando define a descrição arquivística como:

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (International Council on Archives, 2000, p. 4)

Nessa acepção, a descrição é um processo de organização e representação da informação apresentada nos documentos arquivísticos, que parte da análise e síntese dos conjuntos documentais, para criar representações com vistas à gestão documental, com diferentes finalidades.

Os instrumentos de ORC permeiam o processo de ORI nos arquivos, como no uso do plano de classificação, que fornece a estrutura dos níveis de descrição e o vocabulário controlado, que fornece pontos de acesso de autoridade, local, assunto, entre outros, padronizados. Os pontos de acesso possibilitam que os conjuntos documentais sejam identificados, acessados e recuperados, completando os objetivos da DA.

Yakel (2003, p.4. tradução nossa), ao discutir a representação em arquivos, diz que,

Arquivistas devem começar a pensar menos em termos de um processo de descrição e arranjo único, definitivo e estático, mas em termos de arranjos e descrições contínuos, relativos e fluídos, como processos representativos em andamento.

Nesse sentido, vislumbra-se em arquivos o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento cada vez mais sofisticados, como as ontologias, que mapeiam e explicitam uma rede conceitual. Além dos modelos conceituais, uma iniciativa que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) já discute e em 2016 apresentou uma versão preliminar de um modelo, o *Record in Context – Conceptual Model* (RiC-CM) (International Council on Archives - ICA, 2016). O Modelo da CIA cita que,

Os sistemas baseados no modelo fundamentarão múltiplos caminhos de acesso aos recursos arquivísticos, tornando possível, por exemplo, encontrar todos os organismos que

exerceram uma função específica, todos os documentos produzidos pelo mesmo organismo, e todos os documentos que registram a mesma função, e cada um desses em relação a tempos e lugares específicos. (Gueguen; et al., 2013, p.113)

Os documentos digitais inserem essa demanda na pauta dos processos de tratamento técnico nos arquivos. A área apresenta iniciativas de discussão e formulação de abordagens que forneçam novos caminhos. Nesse sentido, os contextos de criação e manutenção dos documentos são cada vez mais dinâmicos e flexíveis, e a organização e representação da informação e do conhecimento precisam constar na agenda de pesquisa da Arquivologia.

3 Considerações finais

De modo geral, observa-se que as funções de classificação e descrição convergem no tocante aos elementos identificados previamente à sua elaboração. Ou seja, antes de classificar e descrever os documentos arquivísticos é necessário conhecer a instituição e/ou pessoa que gerou a documentação, o que permite relacionar os documentos com as atividades e funções que lhes deram origem. Assim, a identificação arquivística, que consiste na identificação dos tipos documentais produzidos pela instituição é base para os processos de classificação e descrição.

Além disso, a abordagem pós-moderna apresenta uma nova forma de pensar o contexto de produção, organização e representação dos documentos em arquivos, “O documento é um sinal, um significante, uma construção mediada e em constante mudança, não um receptáculo vazio no qual atos e fatos são derramados” (Cook, 2012, p.131). Em uma perspectiva pós-moderna essas relações não são estáticas, pois uma vez que são produtos sociais e culturais, se modificam constantemente. Logo, essas representações devem ser dinâmicas e atualizadas constantemente.

Nesse sentido, verifica-se com base na pesquisa realizada e considerando a proposta de Bräscher e Café (2008, 2010) aqui adotada, que a Organização e Representação da Informação em documentos arquivísticos apresentam características marcantes no processo de descrição. Este, por sua vez, fundamenta-se na análise contextual e posterior representação das informações dos conjuntos documentais consideradas relevantes para seu entendimento e recuperação. A descrição configura-se em um processo complexo, levando em consideração que os documentos arquivísticos e, conseqüentemente, a informação vinculada a eles, precisa expressar a natureza orgânica e estrutural que os originaram, possibilitando reconstituir o contexto e fundamentar a autenticidade e a fidedignidade dos documentos.

Quanto à classificação arquivística, verifica-se que apresenta aspectos de organização e representação do

conhecimento, pois visa construir classes por meio da análise das funções e/ou da estrutura organizacional, ou seja, não parte de objetos em si, mas do conhecimento contextual. Por outro lado, após a elaboração do plano de classificação, resultante do processo, a sua aplicação para organizar os documentos tem características de organização e representação da informação, pois analisa os objetos físicos (documentos) visando organizá-los em classes pré-estabelecidas, dando-lhes tanto uma organização lógica quanto física.

Contudo, concorda-se que a organização e representação da informação e do conhecimento em documentos arquivísticos têm bases teóricas e metodológicas comuns à Ciência da Informação. E, sendo assim, podem fazer uso do referencial teórico e metodológica dessa área e ampliar a rede de relações semânticas entre produtor-documento-usuário e seus múltiplos contextos.

Referências

- Araújo, Carlos Alberto Ávila (2013). Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. // *Ciência da Informação*. 41:1 (January, April 2013) 50-63.
- Araújo, Carlos Alberto Ávila (2014). Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível. 1. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- Bonal Zazo, José Luis. (2001). La descripción archivística normalizada: origen, fundamentos, principios y técnicas. // *Gijón: Trea*, 2001. 366p (Biblioteconomía y Administración Cultural; 55).
- Borko, H. Information science: what is it? (1968). // *American Documentation* 19:1 (1968) 3-5.
- Bräscher, Marisa; Café, Lígia. (2008) Organização da informação ou organização do conhecimento?. // *Encontro Nacional De Pesquisa em Ciência da Informação*, 9, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP (2008) 14 p.
- Bräscher, Marisa; Café, Lígia. (2010) Organização da informação ou organização do conhecimento? // Lara, Marilda Lopes Ginez de; Smit, Johanna (Org.). (2010). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP (2010) 85-103.
- Brasil. (1991). Lei n. 8.159, de 8 de janeiro. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, 1991.
- Conselho Nacional de Arquivos (2001). *Classificação, Temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- Cook, Terry. (2012). Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos // *Informação arquivística* 1:1 (jul./dez 2012) 123-148.
- Cruz Mundet, Juan Ramón (1996). *Manual de arquivística*. 2. ed. Madrid: fundación Germán Sanchez Ruiperez, 1996.
- Dahlberg I (1978). Teoria do conceito. // *Ciência da Informação* 7:2 (1978) 101-107.
- Dahlberg, I. (1993). Knowledge organization: its scope and possibilities. // *Knowledge organization* 20:4 (1993) 211-222.
- Duranti, Luciana. (1993). Origin and development of the concept of archival description. // *Archivaria*, 19236409. (1993) 35, 47-54, Spring.

- Duranti, Luciana (1994). Registros documentais contemporâneos como provas de ação. // Revista Estudos Históricos 7:13 (1994) 49-64.
- <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. (25-10-2017).
- Esteban Navarro, M. A. (1995). La representación y la organización de los archivos. // Actas del I Encuentro de Isko-España. Anais...Madrid, 4 y 5 de noviembre de 1993. Zaragoza: Universidad, Librería General (1995) 65-90.
- Fonseca, M. O. K. (2005). Arquivologia: Origens e circunstâncias. (2005). // Fonseca, M. O. K. Arquivologia e Ciência de Informação. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. Cap. 3.
- Gueguen, Gretchen; et al. (2013). Para um modelo conceitual internacional de descrição arquivística. // Acervo, Rio de Janeiro, 26:2 (jul./dez 2013) 100-116.
- Heredia Herrera, Antonia. (1991). Archivística General: teoría y práctica. 5.ed. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991
- International council on archives – ICA. (2016). Experts group on archival description. Records in contexts: a conceptual model for archival description. September, 2016.
- Le Coadic, Yves-François (1996). A ciência da informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.
- Marques, Angélica Alves da Cunha. (2011). Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil. Brasília: UnB, 2011. Doctoral thesis.
- Piedade, M. A. R (1977). Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- Tognoli, Natália Bolfarini; Guimarães, José Augusto Chaves (2010). Ciencia de la Información y Archivística: un dialogo a partir del concepto de información registrada. // Ibersid: revista de sistemas de información y documentación 24:10 (2010) 131-136.
- Saracevic, T (1996). Ciência da Informação: origem, evolução e relações. // Perspectivas em Ciência da Informação 1:1 (January/June 1996) 41-62.
- Schellenberg, Theodore Roosevelt (2006). Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- Shera, Jesse H., Cleveland, Donald B (1977). History and foundations of Information Science. // Annual Review of Information Science and Technology - Arist 12 (1977) 249-275.
- Schmidt, Clarissa; Smit, Johanna (2015). Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. // Congreso Isko España y Congreso Isko España-Portugal, 7. Espanha, 2015. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.
- Sousa, Renato Tarciso Barbosa de. A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. // Santos, Vanderlei Barbosa dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Brasília: Senac, (2007) 79-172
- Weber, Lisa B. (1989). Archival Description Standards: concepts, principles and methodologies. // American Archivist, (1989) 52, Fall.
- Yakel, Elizabeth. (2003). Archival Representation. // Archival Science 3 (2003) 1-25.

Copyright: © 2017. Vital, Medeiros e Brascher. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.
